



**Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
Gerência Financeira/Administrativa e de Pessoal**

INFORMAÇÃO

Protocolo nº 01-228.930/2025

À DP4 – Supervisão Jurídica

Assunto: Inexigibilidade de Licitação - Contratação Direta n.º 001/2025

Conforme Artigo 126, Inciso IX do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., é de competência do Controle Interno emitir parecer técnico sobre as contratações com fundamento no artigo 29 da Lei n.º 13.303/2016.

A Constituição Federal, sobre as atividades do Controle Interno, assim dispõe:

Art. 70 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da

administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, estabeleceu no parágrafo único do artigo 54 que o relatório de Gestão Fiscal será assinado pelas autoridades responsáveis e pelo controle interno. Assim dispôs o retro mencionado diploma:

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Igualmente, no artigo 59 da Lei Complementar nº 101 definiu responsabilidade aos Sistemas de Controle Interno quanto à fiscalização da Gestão Fiscal:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A., em obediência aos preceitos legais, emitiu a Instrução Normativa

n.º 002/2012 em 03 de Setembro de 2012, para instituir as funções e atribuições do controle interno tendo como destaque:

A DIRETORIA EXECUTIVA da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Considerando a necessidade de disciplinar as ações internas de controle,

RESOLVE

I – Instituir o Sistema de Controle Interno – SCI da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – Curitiba S/A, na forma regulamentada pelo anexo desta Instrução Normativa.

II – Definir que esta instrução normativa entre em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Por fim, foi realizada a nomeação, através da Portaria n.º 001/2025 de 10 de Janeiro de 2025, de funcionário para o exercício da função de Controlador Geral. As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os Órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

DO RELATÓRIO:

1 – DA FASE INTERNA:

1.1 – Da Instrução do Processo Administrativo:

Trata-se da análise prévia do Processo Administrativo nº 01-228.930/2025 relativo ao processo licitatório na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 001/2025, realizado pela CURITIBA S.A., que tem como objeto **a contratação direta de escritório jurídico especializado em direito tributário para a defesa dos interesses da CURITIBA S/A em processo administrativo junto ao CARF**

– **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, bem como, judicialização de discussão de ordem tributária da companhia no que tange ao Auto de Infração nº 0900100/2019/00180, em grau de recurso administrativo por meio do Processo Administrativo nº 10980-727.423/2020-90 – DIGITAL,** conforme especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência do respectivo processo administrativo.

O Termo de Referência fundamenta a contratação direta do Escritório **Carvalho, Machado e Timm Advogados**, visando à defesa da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CURITIBA S.A. em processo administrativo fiscal em trâmite perante o **CARF** e, caso necessário, no âmbito judicial.

O valor global da contratação é de **R\$ 280.000,00 (honorários fixos)**, acrescido de **honorários de êxito de 1% sobre o benefício econômico auferido, limitado a R\$ 1.500.000,00**. O prazo de vigência é de **60 meses**, contados da assinatura do contrato.

Para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos:

1. Termo de Referência consolidado com as devidas considerações e justificativas
2. Pesquisa de Mercado
3. Autorização para Licitar
4. Portaria de Nomeação de Pregoeiro
5. Declaração de Mercado
6. Declaração de Bem Comum
7. Declaração de Recursos
8. Minuta de Contrato

É o sucinto relatório.

1.2 – Da Análise Jurídica:

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Supervisão Jurídica será invocada para emissão de parecer e análise jurídica quanto ao cumprimento das exigências legais e observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade, para verificação do atendimento das exigências contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. bem como em relação a legislação correlata aplicada.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Prefacialmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos até a presente data, e que, em face do que dispõe o RILC e a legislação vigente, incumbe a essa Controladoria emitir parecer sob o prisma estritamente técnico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da administração.

Evidencia-se que a análise aqui realizada se restringe a verificar, do ponto de vista técnico formal, a regularidade para realização da Contratação Direta do objeto supracitado. Quanto aos requisitos a serem observados na fase preparatória de contratações diretas foram estabelecidos no artigo 126, do RILC, que assim dispõe:

Art. 126 *O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

I - numeração sequencial da dispensa ou inexigibilidade;

- II - caracterização do objeto e da circunstância de fato ou de direito que autorizou o afastamento da licitação;*
- III - autorização da autoridade competente;*
- IV - indicação do dispositivo da legislação aplicável;*
- V - indicação dos recursos orçamentários para a despesa;*
- VI - razões da escolha do contratado;*
- VII - proposta, justificativa do preço e, conforme o caso, a apresentação de orçamentos, de consultas aos preços de mercado, cópias de notas fiscais ou cópias de contratos;*
- VIII - consulta prévia ao respectivo cadastro, das empresas que estejam cumprindo penas de suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a CURITIBA S/A;*
- IX - parecer técnico do Controle Interno, seguido de parecer jurídico, emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, conforme o caso;*
- X - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;*
- XI - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);*
- XII - Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas, a CNDT expedida pela Justiça do Trabalho.*
- XIII - Prova de regularidade relativa aos Tributos Municipais mediante a apresentação da Certidão de Regularidade dos Tributos Municipais da Sede da licitante, incluindo tributos mobiliários e imobiliários.*

A contratação direta foi justificada com base no **art. 30, II, da Lei nº 13.303/2016** (Lei das Estatais), que admite inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.

Verifica-se, ainda, que o Termo de Referência descreveu os elementos de:

- a) Singularidade do objeto (processo fiscal específico e de alta complexidade tributária);
- b) Notória especialização (atuação consolidada do escritório em contencioso tributário perante CARF e Tribunais Superiores);
- c) Impossibilidade de competição (viabilidade jurídica da contratação direta).

No mérito, a contratação poderá ser levada a efeito pela modalidade escolhida, ou seja, Inexigibilidade de Licitação, com amparo no Regulamento, conforme dispositivo abaixo transcrito, haja vista, tratar-se de contratação de serviços técnicos especializados, senão vejamos:

Art. 123 A contratação direta pela CURITIBA S/A será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese do caput e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado o sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

Analisando-se o processo administrativo e as peças que o compõe até o presente momento, verifica-se que a solicitação para a realização do contratação ainda depende da autorização da autoridade competente, que deve delimitar o objeto e justificar a necessidade da contratação. Entretanto verifica-se que a contratação foi previamente autorizada na 221ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia.

Em suma, verificamos que:

1. Quanto a necessidade da contratação:

- a) Justificada pela inexistência, no quadro funcional da Companhia, de profissionais especializados em contencioso tributário de alta complexidade.
- b) O risco financeiro decorrente do auto de infração demanda defesa técnica qualificada, sob pena de prejuízo relevante ao patrimônio da Companhia.

2. Legalidade da contratação direta

- a) Adequada ao disposto no art. 30, II, da Lei nº 13.303/2016.
- b) Adequada ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.;
- c) Observa-se que foram consultados outros escritórios para fins comparativos, reforçando a escolha pela proposta mais vantajosa, o que contribui para a transparência e economicidade.

3. Regularidade do objeto e preço

- a) O objeto é compatível com hipóteses de inexigibilidade.

- b) Os honorários fixos e de êxito foram apresentados de forma clara, com limites definidos.
- c) O pagamento condicionado ao êxito é prática de mercado e está devidamente limitado.

4. Fiscalização e gestão contratual

- a) O Termo de Referência prevê designação de gestores do contrato, rotinas de fiscalização e relatórios periódicos, o que atende às exigências de controle interno.

5. Riscos identificados

- a) Dependência de honorários de êxito vinculados ao benefício econômico obtido, que pode alcançar até R\$ 1,5 milhão;
- b) Acompanhamento rigoroso será necessário para assegurar a comprovação dos serviços prestados e a compatibilidade dos pagamentos com o resultado obtido;
- c) Eventual risco de questionamento por órgãos de controle externo quanto à comprovação da notória especialização e da singularidade do objeto, devendo a documentação comprobatória permanecer arquivada.

Analisando-se o processo administrativo e as peças que o compõe até o presente momento, verifica-se que a solicitação para a realização da contratação direta requer a autorização da autoridade competente. Ademais, resta demonstrado a viabilidade para a realização do contratação, bem como foram juntados os elementos descritos no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

DA CONCLUSÃO:

Após análise do Termo de Referência e da fundamentação apresentada, este Controle Interno **opina favoravelmente à contratação direta**, por se enquadrar nas hipóteses legais de inexigibilidade previstas na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações, estando justificada a singularidade do objeto e a notória especialização do fornecedor.

Recomenda-se, contudo, que:

- a) A Assessoria Jurídica e a área demandante mantenham rigorosa fiscalização sobre a execução contratual;
- b) Os pagamentos de honorários de êxito sejam precedidos de relatório detalhado demonstrando o benefício econômico obtido;
- c) Toda a documentação comprobatória da especialização do escritório contratado seja mantida nos autos para eventuais auditorias.
- d) Antes da assinatura do contrato, juntar toda a documentação mencionada no Termo de Referência, a exemplo dos atestados de capacidade técnica e outros documentos apontados.
- e) Atentar quanto a adequação ao ACÓRDÃO Nº 4509/24 - Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, quando da contratação por inexigibilidade fundamentada em notória especialização, comprove a notória especialização do profissional ou da empresa contratada, mediante demonstração de que seu conceito no campo de sua especialidade permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato, decorrente de desempenho anterior,

estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades

Diante do exposto, resguardado o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, opina-se pelo prosseguimento do feito. Segue os autos para a Supervisão Jurídica para demais procedimentos cabíveis.

É a Manifestação.

Davidson José Moulepes
Controle Interno

Curitiba, 25 de Setembro de 2025.